

# O papel da África do Sul

Por Domingos Arouca

Um simples lançar de olhos pela Geopolítica permite-nos constatar que, por razões incognoscíveis, a Natureza foi pródiga para com alguns países e extremamente ávara em relação a outros, no que concerne à forma como as riquezas terrenas se encontram distribuídas.

Em cada Continente, grosso modo, existe um País mais privilegiado do que os restantes, donde decorre a dependência natural destes para com aquele. São países obviamente desenvolvidos porque altamente industrializados, sobre os quais incide um pesado ónus de solidariedade e ajuda aos menos favorecidos. Na América, são os Estados Unidos; na Europa é a Alemanha; na Ásia é o Japão e em África, a África do Sul. Cada um destes países constitui uma verdadeira potência económica regional, exercendo grande influência política e económica na sua área geográfica e, por vezes, também fora dela, pois vivemos hoje num Mundo cada vez mais pequeno e interdependente.

Como o título deste trabalho permite antever, é sobre este País que hoje nos debruçaremos.

A odiosa política do apartheid, durante mais de três séculos seguida pelos nossos vizinhos da África do Sul, levou alguns políticos extremistas a sustentar nos areótipos internacionais, sobretudo na década de sessenta, que a África do Sul era para os sul-africanos, entendidos estes apenas como negros, o que, evidentemente, não era correcto. Procurar substituir um erro por outro erro, ainda que menor, adia a decisão do problema, mas não o resolve.

Na verdade, a África do Sul é parte integrante de África e todos os seus povos são africanos, independentemente da sua raça ou cor. Os sul-africanos brancos: são tão africanos como os sul-africanos negros, assim como os moçambicanos brancos são tão moçambicanos como nós, moçambicanos negros. A cor da pele perdeu, gradualmente, a importância que lhe era atribuída no passado, devido ao incremento cultural verificado nos últimos tempos nas comunicações nacionais e internacionais pois não existe prova científica alguma que permite concluir pela superioridade de uma raça sobre a outra. Os homens nascem iguais e são as condições de ambiente em que se desenvolvem e vivem que os tornam diferentes. A diferença, quando existe é, pois, consequência de causas exógenas e não endógenas, extrínsecas e não intrínsecas.

A África do Sul tem muito para oferecer aos países da região, pois é dotado de enormes potencialidades em termos de riqueza, com destaque para os minerais estratégicos, possuindo igualmente uma grande capacidade para se transformar num dos principais produtores e exportadores de bens alimentares, tão indispensáveis a todos os países da zona. Acresce que, com a população de cerca de 30 milhões, poderá tornar-se num mercado extremamente importante.

Considerando os seus abundantes e variados recursos naturais, poderia atingir um crescimento económico mais rápido, se não fossem certos obstáculos com que se debrata, como a violência que assola algumas das suas regiões, as incertezas decorrentes do processo de transição, as elevadas despe-

sas públicas e consequente défice orçamental e, ainda, as dúvidas quanto à política e abordagem económica do futuro Governo.

O País atravessa uma fase difícil, mas tudo leva a crer que essa situação será em breve ultrapassada, se tivermos em conta que se começa a esboçar um consenso crescente dos principais partidos em matérias de capital de importância, mormente no que respeita à gestão económica do País, como é o caso da adopção de uma economia baseada nas leis de mercado, na criação de programas acessíveis e práticos para recuperação dos atrasos sociais, bem como se pode constatar que os vários partidos compreendem a necessidade de conter a euforia irrealista gerada pelo processo de reformas.

Os países da África Austral, membros do SADC, olham para a África do Sul com a mesma desconfiança como os países europeus, membros da Comunidade Europeia, olham para a Alemanha. Cá como lá, receia-se o predomínio e subjugação económica, o que sendo inevitável, não tem, porém, alternativa. Pensamos que a noção económica desses dois gigantes será mais eficazmente controlada no seio desses dois organismos regionais do que fora deles.

É indiscutível que a África do Sul reúne as melhores condições para desempenhar o papel «pivot» no desenvolvimento económico dos seus vizinhos, pois, além de possuir enormes recursos naturais, como já o afirmámos, possui também infraestruturas bem desenvolvidas, com um excelente sistema rodoviário, ferroviário, portuário e de telecomunicações, sendo, a seguir à Nova Zelândia, o segundo País com a electricidade mais barata do Mundo, prevenindo-se que a sua capacidade produtiva exceda as suas necessidades para além do século XXI.

Partindo do princípio óbvio de que o homem é o melhor capital, o nosso vizinho está a investir em força na Educação e nos recursos humanos, com uma atribuição de mais de 7% do seu PNB, uma taxa superior à de, praticamente, todos os outros países da região.

Quanto a estes países da zona, cuja situação económica é bastante crítica, por diversas razões, entre as quais se destacam os sistemáticos conflitos internos, a aplicação de doutrinas económicas obsoletas, secas cíclicas, a queda dos preços das matérias-primas e taxas bastante elevadas, aplicadas às conta da dívida externa, apenas dois deles, o Botswana e a Suazilândia, registaram taxas positivas de crescimento económico.

Acresce que a dívida externa tem representado um encargo cada vez mais pesado para os países da região. Em todos, menos em dois dos doze, o Botswana e o Lesoto, a dívida externa representa mais de 100% das exportações anuais. Nos casos de Moçambique e da Zâmbia, representa 2.241% e 541%, respectivamente.

Ao longo da História verificamos que as correntes se processam a partir das regiões mais pobres para as regiões mais ricas, daquelas em que os alimentos escasseiam para aquelas onde os alimentos abundam.

Essa é uma das razões que levam os países ricos do Norte a ajudar os países pobres do Sul, como forma de fixar e conter as suas populações nas regiões de origem.

Por outro lado, a experiência mostra que os pequenos problemas de alguns, quando não sanados atempadamente, podem tornar-se nos grandes problemas de todos, pelo que marginalizar a África do Sul, como vindo sendo debatido nalgumas esferas políticas, não só não resolveria o problema como seria contraproducente e perigoso.

A África do Sul é, pois, um país vocacionado a liderar o desenvolvimento económico da África Austral. Para que os resultados possam ser frutuozos, será necessário que os países da região afinem pelo mesmo diapasão: que abandonem ideologias obsoletas e ultrapassadas, como o marxismo e o apartheid; que estabeleçam a paz e estabilidade na base de negociações genuínas e de boa-fé; que caminhem para formas de Governo mais representativas e abrangentes; que enveredem pelo caminho do mercado livre, adoptando políticas mais realistas. Se cada País pretender puxar a 'brasa para a sua sardinha', sem atender ao interesse comum, o esforço de cada um e de todos será gorado.

Não se pode escolher e seleccionar sistemas económicos como se fossem artigos num «dumba-nengue», tão pouco existem fórmulas mágicas para o êxito.

A fórmula para o sucesso é simples e universal: paz e estabilidade, uma gestão governativa rigorosa, responsável e eficaz; trabalho árduo e sério.

Durante muitos anos a África do Sul, mercê da sua política racial, sofreu um vigoroso ostracismo à escala internacional. À medida que foi promovendo reformas, esse isolamento foi diminuindo gradualmente. O sinal de abertura partiu de presidentes africanos mais esclarecidos e cultos, como Boigny e Senghor.

Com efeito, as relações comerciais da África do Sul com outros países africanos estão a expandir-se consideravelmente. Totalizando actualmente quase 600 milhões de contos portugueses anualmente. Mantêm representantes em vinte países africanos e representantes não-residentes em mais seis. Em Maputo possui uma representação comercial.

As economias dos países de África Austral estão de tal modo dependentes da economia sul-africana que, se esta soçobrasse, aquelas lhe seguiriam no caminho para o abismo. Essa certeza têm-na os europeus emigrados na África do Sul, alguns dos quais já começaram a enviar para a Europa contentores com alguns dos seus bens, com receio do que poderá acontecer após as primeiras eleições multirraciais marcadas para o dia 27 de Abril de 1994, pois o síndrome angolano continua a pairar nas suas mentes. Não parecem sequer dispostos a equacionar a possibilidade de se transferirem para qualquer outro País africano da área. A liberdade de circulação de pessoas e bens, recentemente acordada entre os países da Comunidade Europeia, permite-lhes emigrar para qualquer País da Europa, à sua escolha, onde a sua readaptação será mais fácil.

No entanto, o papel de 'motor' de desenvolvimento da economia de toda a África Austral só poderá ser cabalmente desempenhado pelo nosso vizinho, quando tiverem sido levantadas as suas últimas sanções. Aliás, face à irreversibilidade do pro-

cesso constitucional que confirmará indubitavelmente nas urnas um Governo de maioria negra, já não parece haver razões bastantes para manter medidas que agora apenas servem para empobrecer os povos sul-africanos e travar as suas perspectivas de crescimento económico. Cada mês que passa, sem que as sanções tenham sido definitiva e totalmente levantadas, gera mais desemprego e privações para as populações mais desfavorecidas. Nesta fase, o País vizinho necessária, certamente, do total acesso às facilidades do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

A sua integração na comunidade económica mundial é apenas uma questão de tempo. Como se sabe, George Bush decretara já o levantamento de algumas sanções, por entender que se estavam a registar processos notáveis no processo de democratização do País. Mendela tem afirmado que só recomendará o levantamento das sanções comerciais depois da constituição do Conselho Executivo de Transição (CET), por não considerar suficiente para isso a simples marcação da data para as primeiras eleições multirraciais.

A constituição do Conselho Executivo de Transição está prevista para dentro de algumas semanas. Após esse importante acontecimento poderão ser levantadas todas as sanções comerciais, com excepção das relativas ao petróleo e armamento.

Consequentemente, o que se passa na África do Sul diz respeito a todos os países da África Austral, se não mesmo a toda a África. E oxalá tudo decorra da melhor maneira. É um vizinho com qual Moçambique deveria manter relações privilegiadas, tanto mais que os povos sul-africanos e moçambicanos têm a mesma raiz comum.

Numa visão global, todos nós sabemos que a África do Sul não era uma terra vazia. Os bantus, cujos quatro maiores grupos eram Sotho, Niguisis, Tonga e Venda, vieram para a África do Sul empurrados pelos povos hamitas, desde a África Central, a partir do fim do século XVI.

No decorrer das suas constantes lutas, uma parte dos tongas veio fixar-se em Moçambique, assim como mais tarde uma selecção dos changanes que, durante muito tempo viveram pacificamente com os tongas. Envolveram-se depois em lutas entre si, tendo os changanes levado muitos tongas para o norte do Natal, onde se fixaram e ainda hoje se encontram, especialmente num território denominado Gazankulu. Se tivermos em conta que a etnia predominante da Província de Inhambane é a Tonga e que o seu dialecto se chama bitonga, e que Gaza fica entre Inhambane e Maputo, facilmente concluiremos do parentesco entre esses grupos populacionais, para citar apenas uma das muitas relações étnicas. Moçambicanos e sul-africanos são povos irmãos e como tal se devem tratar.

O que quer que seja que venha a acontecer na África do Sul e esperamos que seja o melhor possível, dentro das difíceis circunstâncias de transição actual, diz respeito à vida de gentes, branca e negra, gentes que nos são muito chegadas e com as quais já fizemos muita história comum neste recanto sul de África.